

# Relatório de Atividades

4º Trimestre

CON



**TCE-SP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2017



## Presidente

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

## Vice-Presidente

Conselheiro Renato Martins Costa

## Corregedor

Conselheiro Antonio Roque Citadini

## Conselheiros

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Conselheiro Robson Marinho

Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:

**07/11/2016 a 04/02/2017**

- o MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO

**06/02/2017 a 06/05/2017**

- o ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

**08/05/2017 a 04/08/2017**

- o JOSUÉ ROMERO

**07/08/2017 a 04/11/2017**

- o ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

**A partir de 06/11/2017**

- o SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

## Auditores Substitutos de Conselheiro

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Márcio Martins de Camargo

## Ministério Público de Contas (MPC)

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin

Rafael Antonio Baldo

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

## Secretário Diretor-Geral

Sérgio Ciquera Rossi

## Diretor Técnico de Departamento - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek

## Diretor Técnico do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier





## SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO.....	8
2.	CONTAS DO GOVERNADOR .....	9
3.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL ...	10
4.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP .....	11
5.	JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO .....	11
6.	JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS .....	12
7.	CORPO DE AUDITORES .....	12
8.	DECISÕES SINGULARES.....	12
9.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC .....	12
10.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE .....	12
11.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL .....	13
11.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG .....	13
11.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4). .....	13
11.1.2.	DSF's I e II .....	13
11.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica – ATJ.....	14
11.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP.....	14
11.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO .....	14
11.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças.....	14
11.2.1.1.	Planejamento e Orçamento.....	15
11.3.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	21
11.4.	OUVIDORIA.....	22
11.5.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	22
11.6.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	23
11.7.	REVISTA DO TCE.....	24
11.8.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	24
11.9.	CERIMONIAL .....	25
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	25
13.	ANEXOS.....	26
13.1.	ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP .....	26



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores) .....	10
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	11
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas Correntes.....	17
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas de Capital .....	17
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas Correntes .....	18
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas de Capital .....	18
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas Correntes.....	19
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas de Capital .....	19
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas Correntes .....	20
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas de Capital .....	20



## APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas no decurso do **quarto trimestre** do exercício de 2017.

No Relatório estão elencadas as atividades relacionadas às ações da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e de seus Municípios, exceto a Capital, bem como os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCE-SP.

No 4º trimestre deste ano, o Tribunal de contas conduziu mais **03 (três) Fiscalizações Ordenadas**, verificando a qualidade dos gastos bem como avaliando a gestão das políticas públicas em temas como Resíduos Sólidos, Merenda e Transporte Escolar.

O relatório preliminar da auditoria responsável pela análise da gestão de **resíduos sólidos** constatou que quase metade das 212 cidades paulistas visitadas pelos agentes do TCE-SP (42,92%) não realiza coleta seletiva de lixo. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010, determina que a coleta nos municípios deve permitir, no mínimo, a separação entre o lixo seco (metais como o aço e o alumínio, papel, papelão, plástico e vidro) e rejeitos não recicláveis, como o material descartado de banheiros.

Durante as vistorias, os fiscais encontraram ainda lixões a céu aberto, pontos de descarte de entulho ilegais e próximos a mananciais, equipamentos para triturar resíduos abandonados e catadores trabalhando diretamente nos aterros, o que é proibido pela legislação.

O relatório consolidado da fiscalização demonstrou, também, que 41,51% das 212 cidades não possuem aterros preparados para o recebimento do lixo, que menos de 5% dos municípios têm unidades de compostagem para reciclagem de matéria orgânica e que quase 70% deles não dispõem de locais específicos para resíduos produzidos pelos serviços de saúde. Muitas prefeituras (48,11%) ainda admitiram ter conhecimento sobre pontos clandestinos de descarte de lixo relacionado à construção civil.

A verificação da **merenda escolar** – tema da segunda fiscalização ordenada realizada pelo TCE-SP no quarto trimestre de 2017 - visitou 100 escolas, revelando, por exemplo, que 91% das unidades vistoriadas não possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) no prazo de validade.



No tocante **ao transporte escolar**, tema da terceira fiscalização-surpresa realizado pelo TCE-SP no trimestre, a análise das condições da frota em 139 cidades demonstra que em quase metade dos veículos vistoriados (44,29%) os alunos estavam circulando sem cinto de segurança. Mais de 20% dos veículos também não tinham cintos e extintores de incêndio adequados. Em quase 18% dos ônibus e vans ainda foram encontrados pneus carecas e sem condições de uso.

O relatório da auditoria detectou veículos com documentação irregular (licenciamento, IPVA e seguro obrigatório) e motoristas sem comprovante de formação específica para o transporte de crianças (16,43%). Contrariando a legislação, muitos profissionais (41,43%) não possuem certidão negativa para crimes como estupro e corrupção de menores.

Também houve flagrantes de veículos com vidros quebrados, extintores vencidos, bancos danificados (alguns com barras de ferro enferrujadas expostas) e aparelhos de medição de velocidade (tacógrafos) avariados.

As frotas fiscalizadas transportam quase 140 mil alunos das redes municipal e estadual. A auditoria revelou ainda que 2.086 estudantes solicitaram o serviço, mas não foram atendidos.

Todos os dados coletados nessas fiscalizações ordenadas, incluindo fotos, foram transmitidos em tempo real aos departamentos de Informática e de Fiscalização do TCE-SP. Os relatórios solicitando providências a respeito das diversas irregularidades foram encaminhados aos órgãos fiscalizados pelos Conselheiros-Relatores de processos no âmbito do TCE-SP.

Com relação a eventos e capacitações, o TCE também organizou, no trimestre, **a última etapa da 21ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais** – evento promovido anualmente e que somou, ao todo, 11 reuniões em 2017.

Dirigido a um público de Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, administradores e lideranças políticas, o debate conduzido na cidade de Presidente Prudente contou com a divulgação dados locais inéditos sobre fiscalizações feitas este ano nas áreas da saúde, merenda escolar, frotas oficiais, almoxarifados de órgãos públicos e no Programa de Saúde da Família. Adicionalmente, uma equipe de especialistas do Tribunal discutiu questões ligadas ao planejamento, transparência, controle interno e Terceiro Setor.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo promoveu, em outubro, o **I Seminário de Direito Administrativo**. Criado para estimular o debate sobre questões jurídicas relacionadas à atualidade, e com a presença de professores e especialistas que se revezaram em debates que ocorreram durante toda a programação, o evento discutiu, entre outros temas, as contratações públicas em tempos de crise, incluindo-se o aspecto regulatório de tais contratações,



Também em outubro, o TCE-SP divulgou em evento especialmente organizado para tal fim, **o índice IEG-M 2017, referente aos dados do Exercício de 2016**. O indicador, criado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) em 2015, avalia sete áreas públicas: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, proteção aos cidadãos (quesitos ligados à área da Defesa Civil) e governança de tecnologia da informação.

A partir desse levantamento, os municípios são classificados em faixas de resultado: altamente efetiva (A), muito efetiva (B+), efetiva (B), em fase de adequação (C+) e baixo nível de adequação (C). Exceto pela capital, foram analisadas todas as demais 644 cidades do Estado.

Assim como nos dois últimos anos, em 2017, nenhuma das cidades recebeu classificação A. Já a avaliação geral média foi de 0,64 (em uma escala de zero a um), contra 0,65, em 2016, e 0,71, em 2015. Na área de planejamento, por exemplo, 273 municípios foram classificados como C (baixo nível de adequação) no quesito que mede a consistência entre o planejado e o efetivamente executado pelos governos.

O IEG-M, a partir de novembro, com a adesão do TCE de Pernambuco, passou também a ser utilizado por todos os Estados brasileiros. O anúncio foi realizado durante reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Contas organizada na sede do TCE-SP, em novembro.

No mesmo mês, o Tribunal ofereceu **capacitação direcionada aos Conselheiros Municipais de Saúde**. O curso discutiu questões sobre controle de qualidade dos serviços prestados à sociedade, planejamento e implementação de políticas públicas de saúde, sendo ministrado por técnicos do próprio TCE-SP. Também foram abordados temas como o funcionamento e as competências da Corte, denúncias de irregularidades feitas à Ouvidoria da Casa, o papel dos Conselhos Municipais de Saúde e o uso de ferramentas para a apuração de informações sobre receitas do setor.

Ainda em novembro, o TCE promoveu, em sua sede, **o III Seminário Internacional de Boa Governança no Setor Público**. Dividido em painéis temáticos e palestras, o evento reuniu lideranças políticas e especialistas para a discussão de temas ligados à gestão pública, como corrupção e reforma política, delações premiadas e o sistema de Justiça criminal e a atividade de compliance nos municípios e nas empresas estatais.

Por fim, como parte das atividades do **Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo (FOCCO-SP)**, a Corte organizou, no mesmo mês, evento **sobre a Lei Anticorrupção**, reunindo especialistas para discutir ferramentas que auxiliem na efetividade desta no âmbito dos municípios paulistas. A lei, que responsabiliza civil e administrativamente empresas envolvidas em corrupção, entrou em vigor em 29 de janeiro de 2014. Entre as novidades implementadas estão penas mais rigorosas (que incluem até a dissolução compulsória das companhias) e a possibilidade de penalidades menores para empresas que colaborarem nas investigações (os chamados acordos de leniência).



Em dezembro, o TCE-SP organizou evento no qual lançou o **Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEG-E)**, para contribuir com a implementação de uma cultura de análise permanente dos resultados das administrações públicas.

Composto por 342 quesitos de cinco diferentes áreas de atuação pública - Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal e Segurança -, o IEG-E foi criado para medir a eficiência da administração do Governo do Estado.

Ao longo do próximo ano o IEG-E analisará, por exemplo, questões relacionadas à infraestrutura, regulação, desempenho, consistência de políticas, execução financeira e orçamentária, aplicação de recursos, transparência e planejamento de setores como contas públicas, assistência médica de média e alta complexidade e anos iniciais e finais dos ensinos fundamental e médio. Na segurança pública, também serão averiguadas ações conjuntas entre as polícias e a distribuição dos efetivos das corporações.

Depois de concluído, o levantamento dará origem a relatórios que serão encaminhados aos fiscais, ao governo e aos relatores das contas do governador e das secretarias.



**Sidney Estanislau Beraldo**  
**Presidente**





## 1. CORPO DIRETIVO

No dia 01 de fevereiro de 2017, tomaram posse para o mandato de um ano os Conselheiros SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Presidente, RENATO MARTINS COSTA, Vice-Presidente, e ANTONIO ROQUE CITADINI, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

### TRIBUNAL PLENO:

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – PRESIDENTE**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI - CORREGEDOR**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheiro **ROBSON MARINHO - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro**

conforme abaixo:

**07/11/2016 a 04/02/2017**

○ **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

**06/02/2017 a 06/05/2017**

○ **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**

**08/05/2017 a 04/08/2017**

○ **JOSUÉ ROMERO**

**07/08/2017 a 04/11/2017**

○ **ANTONIO CARLOS DOS SANTOS**

**A partir de 06/11/2017**

○ **SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**

### PRIMEIRA CÂMARA:

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

### SEGUNDA CÂMARA:

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**

Conselheiro **ROBSON MARINHO- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro**

conforme abaixo:

**07/11/2016 a 04/02/2017**

○ **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

**06/02/2017 a 06/05/2017**

○ **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**

**08/05/2017 a 04/08/2017**

○ **JOSUÉ ROMERO**

**07/08/2017 a 04/11/2017**

○ **ANTONIO CARLOS DOS SANTOS**

**A partir de 06/11/2017**

○ **SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES**

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**



## 2. CONTAS DO GOVERNADOR

Para relatar as contas do Governador do Estado de São Paulo do exercício de 2017 foi designado o eminente Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues.

A indicação do relator das contas estaduais, em cumprimento ao previsto no artigo 38 do Regimento Interno, ocorre sempre no mês de janeiro de cada ano, sob responsabilidade da Presidência da Corte, e prevê que os processos referentes às contas do Governador do Estado obedecerão, na distribuição, ao sistema de rodízio, a começar dos Conselheiros mais antigos.

As Contas do Governo referentes ao **exercício de 2016** foram examinadas pelo Tribunal Pleno em sessão extraordinária ocorrida no dia **21 de junho, às 10h00m**, cuja íntegra encontra-se disponível no Canal do TCE-SP no YouTube:

<http://www.youtube.com/tcespoficial>

Os Conselheiros acompanharam as conclusões do relator do processo, Antonio Roque Citadini e, por unanimidade, votaram pela emissão de parecer favorável à aprovação das contas, com alerta, recomendações e ressalvas.

Em consonância com o previsto no artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, e segundo os termos da Constituição Estadual, após o trânsito em julgado da decisão, o parecer será remetido à Assembleia para análise e posterior julgamento das contas.

A sessão foi comandada pelo presidente Sidney Estanislau Beraldo e integrada pelo relator e pelos Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes, Dimas Eduardo Ramalho e pelo Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero. Os Procuradores Rafael Neubern Demarchi Costa e Luiz Menezes Neto representaram o Ministério Público de Contas e a Procuradoria da Fazenda do Estado, respectivamente.



### 3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 4º trimestre de 2017, foram distribuídos aos julgadores **680** processos físicos, conforme classificação abaixo.

**Tabela 1–Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)**

MATÉRIA	TOTAL
ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2
APOSENTADORIA	2
CONSULTA	1
CONTAS MUNICIPAIS	2
CONTRATO	36
CONVÊNIO – REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA	1
CONVÊNIO – REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS	1
ESPORÁDICO	1
IRREGULARIDADES	2
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA - CONVÊNIO	50
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR - CONTRATO DE GESTÃO, TERMO DE PARCERIA, CONVÊNIO	66
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - CONVÊNIOS	51
RECURSO ORDINÁRIO	434
REPRESENTAÇÃO	3
RESCISÃO DE JULGADO	13
REVISÃO DE JULGADO	15
<b>TOTAL DE PROCESSOS FÍSICOS</b>	<b>680</b>



#### 4. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 4º trimestre de 2017, foram distribuídos **5.862** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

ELETRÔNICOS – OUTUBRO – DEZEMBRO - 2017										
MATÉRIA	RELATOR							Gabinete da Presidência	Corpo de Auditores	Total Geral
	Cons. ARC	Cons. ECR	Cons. RMC	Cons. RRM	Cons. CCM	Cons. DER				
Ações	-	-	-	-	-	-	13	-	13	
Adiantamentos	8	7	8	7	8	8	8	-	54	
Apartados	-	-	-	-	-	-	-	56	56	
Atos de Pessoal	19	19	25	23	21	24	-	956	1087	
Balanço Geral do Exercício	-	1	-	-	-	-	-	2	3	
Contratos	201	230	271	243	150	236	18	142	1491	
Controle de Prazos	4	4	5	3	3	4	-	14	37	
EPE	125	124	123	128	103	130	1	-	734	
Expedientes	9	21	13	10	20	30	331	8	442	
Expedientes - Ministério Público	7	13	7	8	16	18	472	21	562	
Expedientes - Poder Judiciário	2	4	2	3	-	4	92	-	107	
Instrução de Representação	-	7	-	-	2	3	111	-	123	
Recursos	33	15	11	15	17	3	308	13	415	
Repasses Públicos	46	38	43	26	47	44	5	446	695	
Representação	2	3	4	4	26	3	1	-	43	
<b>Total Geral</b>	<b>456</b>	<b>486</b>	<b>512</b>	<b>470</b>	<b>413</b>	<b>507</b>	<b>1360</b>	<b>1658</b>	<b>5.862</b>	

  

<b>TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS</b>	<b>6.542</b>
---	--------------

#### 5. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 4º trimestre do presente exercício, foram realizadas **09 Sessões Ordinárias**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **497 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento publicadas na Imprensa Oficial
- Analisou **681 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **03 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.





## 6. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas se reuniram **10 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **703 processos pela Primeira Câmara e 772 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

## 7. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 4º trimestre de 2017 tramitaram pelo Corpo de Auditores **3.988 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. No mesmo período, **1.515 autos** receberam julgamento, enquanto **511** foram objeto de despacho de deferimento.

## 8. DECISÕES SINGULARES

No 4º trimestre de 2017 foram proferidas **1.977 sentenças**. Destas, **462** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, e **1.515**, pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

## 9. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **6.129 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

## 10. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 4º trimestre de 2017, a P.F.E se manifestou em **1.989 feitos**.



## 11. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

### 11.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213 do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.044** processos.

#### 11.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, assim como pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamentos (com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões) e pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se também pela pesquisa e elaboração de certidões e pela administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares que é disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **2.653 processos**, dos quais **278** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **2.596 certidões**. Desse quantitativo, **30** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **2.566** via INTERNET.

#### 11.1.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **19.060 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

	DSF-I	DSF-II
Processos Físicos	2.891	1.606
Processos Eletrônicos	7.737	6.826
TOTAL	10.628	8.432



### 11.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico-Jurídica exarou **9.124 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

### 11.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. O sistema aumentou a agilidade e a qualidade do trabalho, e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No quarto trimestre de 2017, a Audesp efetuou **2.287 atendimentos** por meio de e-mails e **95** por telefone. A maioria das solicitações se referia ao próprio Sistema AUDESP - Módulos I, II, III e IV - e ao IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal).

No trimestre, a Divisão de Auditoria Eletrônica produziu **16 relatórios**, com informações operacionais, estratégicas e alertas para subsídio às atividades de fiscalização.

## 11.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **3.114** processos.

### 11.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, dando ênfase à receita e despesa realizadas. Apresenta relatórios à Presidência por período.



### 11.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 16.347, de 29 de dezembro de 2016, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2017”, foi elaborado em observância à Lei nº 16.291, de 20 de julho de 2016, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2017”.

A dotação para as despesas deste Tribunal de Contas do Estado foi fixada em **R\$ 882.290.386,00**, sendo **R\$ 882.290.346,00** para Despesas Correntes, inclusive de Pessoal e Encargos, e **R\$ 40,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e obedece às normas estabelecidas para o exercício: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 16.291/16), o Decreto nº 62.413 (de 06 de janeiro de 2017), que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2017, e a Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-001, de 11 de janeiro de 2017.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado (PODE) é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2017 (Decreto nº 62.413/17) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R\$ 5.762.000,00**, por meio dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias (SAO) da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

**1 – SAO Nº 02001/2017-4-0004**, concluído em 08/02/2017, no valor total de **R\$ 3.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa-, confirmados na informação CAF nº 020030-1/2017, de 02/02/2016, na seguinte conformidade: **R\$ 100.000,00** na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE destinados às obras na Regional de Araraquara e **R\$ 2.900.000,00** na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, sendo **R\$ 1.500.000,00** para aquisição de material permanente (hardware para novas tecnologias), renovação do parque tecnológico e mobiliários diversos, e **R\$ 1.400.000,00** para continuidade do Projeto Athena, firmado com a PRODESP, bem como o desenvolvimento de softwares.

**2 – SAO Nº 02001/2017-4-0005**, concluído em 23/02/2017, no valor total de **R\$ 3.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-3/2017, de 20/02/2017, na seguinte conformidade: **R\$ 15.000,00** na Ação 1.361





- Plano de Investimentos do TCE destinados às obras de construção do muro na Unidade Regional de Araras - e **R\$ 2.985.000,00** na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, sendo **R\$ 2.000.000,00** para despesas com contratos Prodesp (manutenção do Sistema Audesp), e **R\$ 985.000,00** para aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para a Sede (São Paulo – Capital);

**3 – SAO Nº 02001/2017-4-0007**, concluído em 08/06/2017, no valor total de **R\$ 1.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-4/2017, de 06/06/2017, na seguinte conformidade: **R\$ 1.000.000,00** na Ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados à modernização do Datacenter, por meio de aquisição de computadores, servidores, discos e outros equipamentos de infraestrutura para a Sede (São Paulo – Capital).

**4 – SAO Nº 02001/2017-4-0010**, concluído em 18/10/2017, no valor total de R\$ 3.500.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-6/2017, de 10/10/2017, na seguinte conformidade: R\$ 3.500.000,00 na Ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados à substituição do parque computacional, por meio de aquisição de computadores e notebooks a fim de atender a crescente demanda de serviços e ao sucateamento dos equipamentos já existentes.

Mediante a publicação do Decreto Nº 62.469, de 16 de fevereiro de 2017, foram transferidos recursos orçamentários do Tribunal de Contas no valor de **R\$ 88.000,00** para a Secretaria da Fazenda, conta da **Fonte 1 - Tesouro**, visando à cobertura de despesas correntes para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional (creches), conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado nos termos do expediente SAO nº 20006/2017-1-00001.

Mediante a publicação do Decreto n.º 63.040, de 11 de dezembro de 2017, foi efetuado crédito suplementar no valor de **R\$ 350.000,00**, à conta da **Fonte 1-Tesouro**, visando a cobertura de despesas correntes para pagamento do PASEP.

Mediante a publicação do Decreto n.º 63.084, de 21 de dezembro de 2017, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda recursos orçamentários do Tribunal de Contas, no valor de **R\$ 5.000.000,00**, à conta da **Fonte1-Tesouro**, para o atendimento de despesas correntes da Secretaria da Saúde.

Os quadros abaixo demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas no Orçamento do Estado para 2017. Em seguida, a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de dezembro do corrente exercício.



Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Fevereiro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Março	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Abril	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Maiο	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Junho	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Julho	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Agosto	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Setembro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Outubro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Novembro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Dezembro	67.232.992	6.219.960	395.122	-	6.615.082	73.848.074
<b>TOTAL</b>	<b>803.260.658</b>	<b>74.309.058</b>	<b>4.720.630</b>	<b>-</b>	<b>79.029.688</b>	<b>882.290.346</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	2	-	2	73.494.754
Fevereiro	-	2	-	2	73.494.754
Março	-	2	-	2	73.494.754
Abril	-	2	-	2	73.494.754
Maiο	-	2	-	2	73.494.754
Junho	-	2	-	2	73.494.754
Julho	-	2	-	2	73.494.754
Agosto	-	2	-	2	73.494.754
Setembro	-	2	-	2	73.494.754
Outubro	-	2	-	2	73.494.754
Novembro	-	2	-	2	73.494.754
Dezembro	10	8	-	18	73.848.092
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>40</b>	<b>882.290.386</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Fevereiro	66.911.606	6.101.918	3.793.228	-	9.895.146	76.806.752
Março	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Abril	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Maio	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Junho	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Julho	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Agosto	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Setembro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Outubro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Novembro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Dezembro	62.232.992	6.569.960	395.122	-	6.965.082	69.198.074
<b>TOTAL</b>	<b>798.260.658</b>	<b>74.571.058</b>	<b>8.120.630</b>	-	<b>82.691.688</b>	<b>880.952.346</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	-	2	-	2	73.494.754
Fevereiro	-	2.600.002	-	2.600.002	79.406.754
Março	-	2	-	2	73.494.754
Abril	-	2	-	2	73.494.754
Maio	-	2	-	2	73.494.754
Junho	-	2	-	2	73.494.754
Julho	-	1.000.002	-	1.000.002	74.494.754
Agosto	-	2	-	2	73.494.754
Setembro	-	2	-	2	73.494.754
Outubro	-	3.500.002	-	3.500.002	76.994.754
Novembro	-	2	-	2	73.494.754
Dezembro	10	8	-	18	69.198.092
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>7.100.030</b>	-	<b>7.100.040</b>	<b>888.052.386</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	66.911.605,30	36.393.488,32	979.363,95	-	37.372.852,27	104.284.457,57
Fevereiro	58.993.130,22	6.967.419,47	3.976.235,21	-	10.943.654,68	69.936.784,90
Março	62.617.019,11	6.607.963,82	56.451,31	-	6.664.415,13	69.281.434,24
Abril	61.798.896,91	1.997.278,00	71.648,92	-	2.068.926,92	63.867.823,83
Maio	59.779.305,17	4.947.939,08	56.389,19	-	5.004.328,27	64.783.633,44
Junho	62.793.169,55	1.306.385,29	57.401,78	-	1.363.787,07	64.156.956,62
Julho	61.960.372,42	2.943.380,44	51.467,34	-	2.994.847,78	64.955.220,20
Agosto	60.047.851,21	2.071.702,07	385.129,90	-	2.456.831,97	62.504.683,18
Setembro	63.918.200,34	3.964.517,16	680.742,80	-	4.645.259,96	68.563.460,30
Outubro	75.648.637,19	2.199.497,86	55.278,09	-	2.254.775,95	77.903.413,14
Novembro	64.517.388,85	2.252.275,34	53.694,42	-	2.305.969,76	66.823.358,61
Dezembro	99.247.608,75	2.872.800,23	(1.405.132,61)	-	1.467.667,62	100.715.276,37
<b>TOTAL</b>	<b>798.233.185,02</b>	<b>74.524.647,08</b>	<b>5.018.670,30</b>	<b>-</b>	<b>79.543.317,38</b>	<b>877.776.502,40</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	104.284.457,57
Fevereiro	-	213.986,73	-	213.986,73	70.150.771,63
Março	-	27.378,60	-	27.378,60	69.308.812,84
Abril	-	77.023,79	-	77.023,79	63.944.847,62
Maio	-	26.663,97	-	26.663,97	64.810.297,41
Junho	-	-	-	-	64.156.956,62
Julho	-	30.938,40	-	30.938,40	64.986.158,60
Agosto	-	1.104.734,87	-	1.104.734,87	63.609.418,05
Setembro	-	11.509,97	-	11.509,97	68.574.970,27
Outubro	-	14.475,50	-	14.475,50	77.917.888,64
Novembro	-	62.272,35	-	62.272,35	66.885.630,96
Dezembro	-	-	-	-	100.715.276,37
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>1.492.236,33</b>	<b>-</b>	<b>1.568.984,18</b>	<b>879.345.486,58</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX





Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	65.021.298,94	2.430.086,64	76.498,84	-	2.506.585,48	67.527.884,42
Fevereiro	60.883.436,58	4.924.901,81	772.179,40	-	5.697.081,21	66.580.517,79
Março	62.617.019,11	6.273.966,83	103.083,45	-	6.377.050,28	68.994.069,39
Abril	61.798.896,91	5.357.491,84	83.096,92	-	5.440.588,76	67.239.485,67
Mai	59.779.305,17	6.123.875,16	286.236,31	-	6.410.111,47	66.189.416,64
Junho	62.793.169,55	5.196.187,37	351.987,44	-	5.548.174,81	68.341.344,36
Julho	61.960.372,42	6.312.901,91	352.638,55	-	6.665.540,46	68.625.912,88
Agosto	60.047.851,21	5.626.630,66	467.291,44	-	6.093.922,10	66.141.773,31
Setembro	63.918.200,34	6.095.292,94	226.932,84	-	6.322.225,78	70.240.426,12
Outubro	75.648.637,19	5.686.146,62	315.192,00	-	6.001.338,62	81.649.975,81
Novembro	64.513.063,91	5.631.288,81	259.478,12	-	5.890.766,93	70.403.830,84
Dezembro	99.251.933,69	14.734.896,31	1.724.054,99	-	16.458.951,30	115.710.884,99
<b>TOTAL</b>	<b>798.233.185,02</b>	<b>74.393.666,90</b>	<b>5.018.670,30</b>	-	<b>79.412.337,20</b>	<b>887.645.522,22</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	67.527.884,42
Fevereiro	-	-	-	-	66.580.517,79
Março	-	485,00	-	485,00	68.994.554,39
Abril	-	56.251,88	-	56.251,88	67.295.737,55
Mai	-	127.974,60	-	127.974,60	66.317.391,24
Junho	-	16.753,00	-	16.753,00	68.358.097,36
Julho	-	76.713,75	-	76.713,75	68.702.626,63
Agosto	-	73.474,85	-	73.474,85	66.215.248,16
Setembro	-	7.780,26	-	7.780,26	70.248.206,38
Outubro	-	-	-	-	81.649.975,81
Novembro	-	24.343,41	-	24.343,41	70.428.174,25
Dezembro	-	992.971,67	-	992.971,67	116.703.856,66
<b>TOTAL</b>	-	<b>1.376.748,42</b>	-	<b>1.376.748,42</b>	<b>879.022.270,64</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1- Tesouro do Estado

Fonte 3- Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5- Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes ao 1º, 2º e 3º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado do dia 31 de março, 31 de maio, 02 de agosto, 28 de outubro e 30 de novembro de 2017.



### 11.3. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no quarto trimestre, manifestou-se em **1.135** procedimentos/processos - físicos e eletrônicos - relacionados à atividade fim ou à área administrativa.

O Contencioso-GTP prestou **32 informações** em auxílio à Procuradoria Geral do Estado, além de realizar o acompanhamento de **663 ações judiciais** em que este Tribunal é parte (polo passivo) e de **121 processos** judiciais a pedido dos Eminentes Conselheiros, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também estão subordinados:

- **Escola Paulista de Contas Públicas**

No trimestre, foram realizados **61 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Merecem destaque os seguintes: Cerimônia do Lançamento do IEG-M; III Seminário Internacional da Boa Governança; 1ª Ação do FOCCO-SP; Lei Anticorrupção; Workshop sobre os “Processos de Mobilidade Funcional”; Conselhos Municipais – Saúde e Fundeb; Metodologia de Cálculo do IEG-E e o Seminário de Conclusão do Planejamento Estratégico – 2017.

- **Biblioteca** – **2.231** empréstimos de livros realizados, sendo **804** por meio do Sistema Online Sophia e **1.427** presenciais.

4º Trimestre - 2017	Quantidade De Eventos	Nº de Participantes	Acessos “on-line”
Reuniões Pedagógicas	14	198	-
Cursos/Eventos Nas dependências da EPCP e/ou Auditórios TCESP	29	1.846	1.410
Cursos/Eventos Em outros Tribunais de Contas	-	-	-
Cursos/Simpósios na Editora NDJ	-	-	-
Cursos/Eventos Em outras dependências ou Instituições	18	2.980	68
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>5.024</b>	<b>1.478</b>
Cursos de Curta Duração - Externos	17	23	-
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>5.047</b>	

#### 11.4. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 - DOE 12/03/2015 - realizou **1.342 atendimentos** neste Trimestre. Destaque para o atendimento de **361 solicitações** por meio do Whatsapp.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, respondeu a **67 pedidos** de informações. Abaixo, um resumo dos atendimentos prestados.



No trimestre, as áreas técnicas da Corte atenderam a **5.686 solicitações** de suporte a sistemas, todas registradas pelos requerentes via Portal da Ouvidoria.

#### 11.5. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento (DTI-1); Seção Técnica de Segurança da Informação (DTI-2); Divisão de Sistemas (DSIS) e Divisão de Tecnologia (DTEC), presta assessoria na área de Informática. É responsável pela análise e acompanhamento de atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, o DTI conduziu projetos de implantação de sistemas como o novo Thea-PFIS, responsável pelo planejamento e acompanhamento das Fiscalizações; o Sistema Meritum para servir de apoio à avaliação, progressão e promoção; o Sistema Férias e Escala de Férias, desenvolvido para gerenciar a escala de férias e o agendamento de férias dos funcionários da Corte; o novo Portal de Transparência do TCESP; a nova Pesquisa de Jurisprudência; o módulo de Autorização para Modificações em Cadastros no Sistema Audesp Fase III; o novo módulo Cadastro no SisCOE e o IEG-M Exercício 2017 - Apuração 2018. Além disso, atuou na melhoria de soluções tecnológicas no Sistema de Chamados (OSTicket), Sistema Alfresco, Ergon, SisCAA, Audesp Fase I, Audesp Fase III e Audesp Fase IV, Sistema de Questionários e Fiscalização Ordenada.

No período, o DTI também atendeu a **5.176 ligações** de usuários internos, **2.470 ligações** de usuários externos, **1.901 chamados** via sistema e 602 solicitações via WebChat.

## 11.6. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP, em parceria com a Assessoria de Imprensa, desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP.

A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e de promover iniciativas institucionais.

No 4º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **101 matérias** sobre julgamentos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais ( agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **52 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP está presente:



**1.570 curtidas da página** no período, totalizando **12.688** desde a abertura da conta oficial do TCESP no Facebook, em 2013.



**418 tweets** (mensagens encaminhadas) no período, totalizando **6.502** desde 2009 (abertura da conta oficial do TCESP no Twitter)

**130 seguidores** que se cadastraram no período, totalizando **4.108**.



**258 inscritos** no período, totalizando **1.708** desde a abertura da conta oficial do TCESP no YouTube, em 2013

**12.516 visualizações** no período, totalizando **116.388**.



**105 seguidores** que se cadastraram no período, totalizando **1.743** desde a abertura da conta oficial do TCESP no LinkedIn, em 2016



**100 seguidores** que se cadastraram no período, totalizando **250** desde a abertura da conta oficial do TCESP no Instagram, em 2016.

**17 publicações** no total



**549 fotos postadas** no período, totalizando **9.934** desde abertura da conta oficial do TCESP no Flickr, em 2015



### 11.7. REVISTA DO TCE

No trimestre, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) lançou edição especial da Revista do TCE, com a prestação de contas do Governo do Estado de São Paulo referente ao exercício de 2016.

Sob a coordenação editorial do Conselheiro Renato Martins Costa, a edição 140 da revista traz os principais tópicos da sessão plenária em que as contas, relatadas pelo Conselheiro-Decano Antonio Roque Citadini, receberam parecer favorável - com ressalvas - do colegiado. Com o apoio de gráficos e planilhas, a revista destaca as principais informações do relator sobre a conjuntura econômica, o planejamento das receitas e despesas, as aplicações no Ensino e na Saúde e os gastos com precatórios e pessoal.

O novo exemplar da publicação inclui ainda o detalhamento das auditorias operacionais em nove programas e ações desenvolvidos pelo Estado. As fiscalizações foram feitas pelo TCE nas Secretarias da Segurança Pública, Educação, Meio Ambiente, Habitação e na Vigilância Epidemiológica (com foco na prevenção e controle da dengue, zika e chikungunya).

Também integram o número os pareceres dos órgãos técnicos sobre as contas e íntegra da declaração de voto. O leitor poderá acompanhar as notas taquigráficas da sessão, com todos os comentários dos demais conselheiros.

Editadas desde o ano de 1957, as publicações do TCESP contemplam informações sobre a Corte de Contas paulista, assuntos fiscais, pedagógicos e doutrinas de interesse público. As edições são impressas pela Imprensa Oficial do Estado e distribuídas gratuitamente, não sendo comercializados anúncios nem assinaturas.

O acervo digital pode ser acessado por meio do link  
<https://www4.tce.sp.gov.br/revistas-tce>.

### 11.8. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio de posto policial instalado nas dependências da Corte.





## 11.9. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Sr. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 4º trimestre de 2017, o Cerimonial esteve presente em **10 eventos internos e 08 externos. Além disso, participou de 12 audiências externas e internas.**

## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do 4º trimestre de 2017, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



**Sidney Estanislau Beraldo**  
**Presidente**



## 13. ANEXOS

### 13.1. ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCE-SP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

COMUNICADO GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	42/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 06/12/2017	07/12/17
GP	41/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 06/12/2017	07/12/17
GP	40/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 29/11/2017	30/11/17
GP	39/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 22/11/2017	25/11/17
GP	38/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 08/11/2017	09/11/17
GP	37/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 01/11/2017	07/11/17
GP	36/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 25/10/2017	27/10/17
GP	35/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 18/10/2017	19/10/17
GP	34/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 11/10/2017	12/10/17
GP	33/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 04/10/2017	05/10/17
GP	32/2017	EPE – JURISPRUDÊNCIA	04/10/17
GP	31/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 27/09/2017	30/09/17
GP	30/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 20/09/2017	21/09/17
GP	29/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 13/09/2017	14/09/17
GP	28/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 06/09/2017	07/09/17
GP	27/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 30/08/2017	31/08/17
GP	26/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 23/08/2017	24/08/17
GP	25/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 16/08/2017	18/08/17
GP	24/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 02/08/2017	02/08/17
GP	23/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 26/07/2017	27/07/17



COMUNICADO GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	22/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 19/07/2017	20/07/17
GP	21/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 12/07/2017	13/07/17
GP	20/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 05/07/2017	06/07/17
GP	19/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 28/06/2017	29/06/17
GP	18/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 21/06/2017	22/06/17
GP	17/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 14/06/2017	20/06/17
GP	16/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 07/06/2017	08/06/17
GP	15/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 31/05/2017	01/06/17
GP	14/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 24/05/2017	25/06/17
GP	13/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 17/05/2017	18/05/17
GP	12/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 26/04/2017	28/04/17
GP	11/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 19/04/2017	20/04/17
GP	10/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 12/04/2017	13/04/17
GP	09/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 05/04/2017	06/04/17
GP	08/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 29/03/2017	30/03/17
GP	07/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 22/03/2017	23/03/17
GP	06/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 15/03/2017	17/03/17
GP	05/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 08/03/2017	09/03/17
GP	04/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 22/02/2017	23/02/17
GP	03/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 15/02/2017	16/02/17
GP	02/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 08/02/2017	09/02/17
GP	01/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 01/02/2017	02/02/17



COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	31/2017	Calendário de obrigações para 2018	08/12/17
SDG	30/2017	Alerta as Câmaras Municipais	07/12/17
SDG	29/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	05/12/17
SDG	28/2017	Origem dos recursos em editais de licitação	25/11/17
SDG	27/2017	Pedidos de certidão relativos à compensação previdenciária	10/11/17
SDG	26/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	07/11/17
SDG	25/2017	Processos julgados no 3º Trimestre	05/10/17
SDG	24/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	03/10/17
SDG	23/2017	Envio de informações sobre lotações	12/09/17
SDG	22/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	04/08/17
SDG	21/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	04/08/17
SDG	19/2017	Processos julgados no 2º Trimestre	08/07/17
SDG	18/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	04/07/17
SDG	17/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	07/06/17
SDG	16/2017	Remessa das informações de licitações, contratos e execução contratual	31/05/17
SDG	15/2017	Processos Julgados no 1º Trimestre	25/05/17
SDG	14/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	13/05/17
SDG	13/2017	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	25/04/17
SDG	12/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	06/04/17
SDG	11/2017	Coleta de dados da Fase IV do Sistema AUDESP	17/04/17
SDG	10/2017	Legislação sobre concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições	18/03/17
SDG	09/2017	Fiscalização de acompanhamento de contas anuais de Prefeituras Municipais	16/03/17



COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	08/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	04/03/17
SDG	07/2017	Calendário do Ciclo de Debates	24/02/17
SDG	06/2017	Alerta sobre decretos de calamidade financeira	23/02/17
SDG	05/2017	Visitas quadrimestrais da Fiscalização	11/02/17
SDG	04/2017	Valor Atualizado de Remessa	02/02/17
SDG	03/2017	Composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras	01/02/17
SDG	02/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	02/02/17
SDG	01/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	12/01/17





**TCE SP**  
**Tribunal de Contas**  
do Estado de São Paulo

2017